

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista Pensamento e Realidade apresenta artigos sobre Gestão Social. É um número temático fruto, principalmente, dos trabalhos do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) realizado na PUCSP, em maio de 2012, pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS, pelas unidades da PUCSP, NEATS e CEPED, em parceria com a FEI e a EACH USP, com apoio de outras instituições universitárias participantes da RGS.

Nesse sentido, é relevante visualizar o entendimento que se tem da gestão social como promoção do bem estar dos cidadãos e na redução das desigualdades sociais, para propiciar o acesso das pessoas às riquezas materiais e imateriais da sociedade. Essa compreensão do que seja gestão social supõe uma perspectiva transformadora das condições de desigualdade, incluindo tanto a gestão pública estatal como a gestão privada de interesse público.

Esses dois aspectos delineiam os desafios das práticas da gestão social e do seu conceito na perspectiva transformadora. O primeiro é o cenário das desigualdades existentes na sociedade contemporânea e o segundo refere-se ao papel que esta sociedade atribui ou reconhece ao Estado e ao seu aparato.

Nessa perspectiva, o Estado reflete a dinâmica das classes sociais e a gestão social feita pelo governo, quer em parceria com o setor produtivo e com o terceiro setor. Isso faz com que as macrodefinições da política social passem pelo Estado, que age como delegado da sociedade que o sustenta.

A partir dessa visão, emergem dois desafios para a gestão social, seja a formulação da sua agenda, onde estão inscritas as demandas da população, seja na definição da estrutura e funcionamento do aparato governamental, que formula e implementa as políticas sociais. Esse aparato, conformado de maneira setorial e hierárquica, busca, na perspectiva da gestão social, definir suas ações sociais privilegiando a prática intersetorial, que integra a gestão das políticas sociais e do território, onde localizam os grupos populacionais.

Esse entendimento da gestão social, de algum modo, está contemplado nos artigos deste número apresentados no VI ENAPEGS. Além desses trabalhos há mais outros dois, que foram encaminhados para avaliação do Comitê Científico.

O artigo de Guerra e Teodósio inicia com a discussão sobre “Gestão pública societal e gestão social: análise de aproximações e distanciamentos na práxis de uma política pública”, abordando as práticas da administração pública na aproximação conceitual da gestão societal com a gestão social. Neste trabalho a gestão pública societal aproxima-se da gestão social por evidenciar na sua essência um processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, observando-se um esforço no caso estudado em promover a participação no âmbito das decisões, ainda que não tenha conseguido efetivar suas ações de forma a caracterizá-las em um modelo societal.

Já Moretto Neto, Pereira, Silva e Felipe dão início a uma discussão sobre a relação entre educação e gestão social, tratando de modelos de extensão universitária adotados pela Universidade Federal da Fronteira Sul diante de uma demanda popular. No estudo foram pesquisadas as atividades de extensão, diagnosticando se a universidade está reproduzindo a extensão da maneira isonômica ou se as atividades em suas bases somam para a deliberação cidadã uma ampliação da relação entre a instituição e a sociedade.

Ainda contemplando a gestão social nas escolas, Alencar e Grangeiro debatem as novas demandas sociais, especialmente no que se refere à relação entre juventude, compromisso social e trabalho. Ciente desta temática este artigo avalia as ações do Projeto Gestão Social nas Escolas – PGSE, a partir da identificação dos elementos da cidadania deliberativa - participação e autonomia - o instrumento escolhido para avaliação do projeto foi Grupo Focal com os atores envolvidos. Os dados foram classificados a partir de quatro categorias: espaço de aprendizagem/mediação; pertencimento e fortalecimento de vínculos; participação e autonomia; e escuta e negociação de conflito.

O artigo de Doin, Dahmer, Schommer e Spaniol discute o controle a partir da accountability democrática ao envolver diversos atores e instâncias da sociedade em seu

processo de construção, permitindo a existência de mecanismos formais e informais de controle. Nesta perspectiva discutem duas práticas recentes: (i) a mobilização em torno da proposta e aprovação da Lei da Ficha Limpa, e (ii) a atuação dos observatórios sociais no combate à corrupção e fortalecimento da cidadania fiscal, destacando possibilidades e limitações da coprodução do controle envolvidos nestas iniciativas.

A diversidade étnico racial nas universidades é tratada por Rosa e Midlej contemplando a relação entre Estado e Sociedade por meio da experiência dos Fóruns de Educação, visualizando como eles possibilitam a participação dos movimentos sociais na implementação de políticas de promoção da igualdade racial. Os primeiros resultados da pesquisa sinalizaram a inexistência de um marco legal que regule a gestão democrática ou a participação social nas políticas educacionais. Por isso os Fóruns ainda têm pouca penetração junto aos gestores dos sistemas de ensino, possuindo baixa capilaridade junto às escolas.

Ainda sobre a questão racial o artigo “A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social” de Bezerra e Gurgel analisa a execução do sistema de cotas, e os efeitos dela decorrentes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), olhando-o como política pública de ação afirmativa conducente à inclusão social. Baseia-se em pesquisas de campo e documental realizadas com estudantes cotistas e não cotistas durante os seus respectivos cursos, quanto à sua inclusão no grupo e aos resultados da aprendizagem, por eles obtidos, nos cursos de Administração, Direito, Engenharia Química, Medicina, Odontologia, Pedagogia e Pedagogia. Os resultados da pesquisa indicaram que o desempenho dos cotistas nos cursos estudados é semelhante ao dos alunos que entraram pelo sistema universal, em 2005 e 2006, além disso no conjunto do alunado dos cursos estudados, os dados sugerem que a evasão entre os cotistas é praticamente a metade daquela observada entre os não cotistas. Estes aspectos, entre outros apresentados no trabalho, permitiram apreciar a política de cotas como um instrumento de política pública de inclusão, bem mais do que apenas um recurso destinado a facilitar o acesso ao ensino formal do terceiro grau.

O trabalho de Boullosa, Moura e Domingues traz a gestão Social como objeto de propostas de formação no ensino superior, tanto em nível de graduação, quanto de pós-

graduação, mobilizando um número crescente de instituições e agências de fomento, além de professores, alunos e outros profissionais ligados ao ensino. As conclusões deste artigo apontam que a proposta curricular foi sendo submetida a ajustes incrementais, por pontuais iniciativas docentes, mas muitas vezes a partir de demandas discentes, evidenciando a necessidade de reaproximar o produto gestão social da sua natureza de in progress, de processo, numa caminhada em direção ao amadurecimento. Esta pesquisa utiliza-se de dados primários construídos em dois complementares trabalhos de conclusão de curso, no âmbito do Observatório da Formação em Gestão Social.

O último trabalho dessa edição presente na **seção especial** é um estudo de caso sobre a missão de uma organização não governamental elaborado segundo a ótica apreciativa, trazendo diferentes referenciais: investigação apreciativa, planejamento estratégico em organizações não governamentais e modelo SECI (Socialização, Externalização, Combinação e Internalização do conhecimento), os quais refletem sua característica interdisciplinar. A organização estudada foi o Movimento Pró-Criança (MPC) e o que se observou como conclusões foram: um sentido de inclusão; o aumento da sensibilização de pessoas e grupos quanto à percepção da transformação organizacional do MPC; a igualdade de voz; os princípios de colaboração e participação; a mobilização de energia positiva, da criatividade e do compromisso organizacional; o compartilhamento de conhecimento; e a capacidade de planejar de modo criativo.